



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA**

Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005 - tel/fax (82) 3482-1802 / 1822, email:
coplan.ufalarapiraca@gmail.com

Sistema de Registro de Preços

PREGÃO ELETRÔNICO

PREGÃO SRP Nº 18/2018.

(Processo Administrativo n.º 23065.031276/2018-18)

(COMPRAS)

Termo de Referência

- **DO OBJETO**

1.1. AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DO TIPO HORTIFRUTI PARA OS RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005 - tel/fax (82) 3482-1802 / 1822, email:
coplan.ufalarapiraca@gmail.com

				Quantidade mínima	Quantidade máxima	Quantidade Total	Valor Máximo Aceitável (R\$)
1	ABACAXI, TIPO PÉROLA	224397	UNIDADE	1	66.375	66.375	3,52
2	ABACAXI – COTA RESERVADA PARA ME/EPP	224397	UNIDADE	1	22.125	22.125	3,52
3	ABÓBORA, IN NATURA	96563	KG	1	30.200	30.200	2,17
4	ABOBRINHA, ESPÉCIE AMARELA, IN NATURA	228723	KG	1	1.460	1.460	3,39
5	ACELGA, IN-NATURA	96628	KG	1	9.050	9.050	5,18
6	AIPIM, TIPO CASCA LISA	246129	KG	1	36.400	36.400	2,02
7	ALFACE IN NATURA, TIPO LISA	226224	KG	1	10.050	10.050	4,00
8	ALFACE, IN NATURA, ESPÉCIE ROXA EXTRA	258025	KG	1	2.530	2.530	4,50
9	BATATA-DOCE, IN NATURA	279356	KG	1	31.600	31.600	3,88
10	BERINJELA, IN NATURA, 1ª QUALIDADE	332512	KG	1	2.270	2.270	2,77
11	CEBOLA IN NATURA, TIPO BRANCA	233870	KG	1	37.600	37.600	3,98



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005 - tel/fax (82) 3482-1802 / 1822, email:
coplan.ufalarapiraca@gmail.com

12	CEBOLA ROXA, IN NATURA, TIPO ROXA	233872	KG	1	6.500	6.500	2,75
13	CENOURA, IN NATURA	279322	KG	1	44.600	44.600	3,58
14	COCO SECO, IN NATURA, RALADO	373192	KG	1	2.290	2.290	11,17
15	COENTRO, IN NATURA	246183	KG	1	1.980	1.980	7,17
16	CODIMENTO NATURAL – ALECRIM	235804	KG	1	90	90	13,04
17	CODIMENTO NATURAL – ALHO	337467	KG	1	2.570	2.570	17,33
18	COUVE-FLOR, IN NATURA	332528	KG	1	2.690	2.690	9,62
19	FRUTA IN NATURA – GOIABA	250033	UNIDADE	1	13.750	13.750	0,80
20	FRUTA IN NATURA – LARANJA-LIMA	224388	UNIDADE	1	1.500	1.500	0,62
21	FRUTA IN NATURA – LARANJA-PERA	224387	UNIDADE	1	84.100	84.100	0,36
22	FRUTA IN NATURA – LIMÃO TAITI	224418	UNIDADE	1	20.900	20.900	0,60
23	FRUTA IN NATURA – MAÇA RED	224396	UNIDADE	1	167.250	167.250	0,88
24	FRUTA IN NATURA – MAÇA RED – COTA RESERVADA PARA ME/EPP	224396	UNIDADE	1	55.750	55.750	0,88
25	FRUTA IN NATURA – MAMÃO HAVAI	274433	KG	1	7.800	7.800	4,03
26	FRUTA IN NATURA – MANGA ESPADA	224402	UNIDADE	1	2.300	2.300	0,62



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005 - tel/fax (82) 3482-1802 / 1822, email:
coplan.ufalarapiraca@gmail.com

27	FRUTA IN NATURA – MANGA TOMMY	224400	UNIDADE	1	13.900	13.900	1,28
28	FRUTA IN NATURA – MELANCIA	382520	KG	1	124.000	124.000	2,39
29	FRUTA IN NATURA – MELÃO COMUM	224390	KG	1	61.000	61.000	2,99
30	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE COMPRIDA	275197	UNIDADE	1	4.080	4.080	1,18
31	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE PRATA	224404	UNIDADE	1	153.000	153.000	0,62
32	FRUTA IN NATURA, TIPO BANANA, ESPÉCIE PRATA – COTA RESERVADA PARA ME/EPP	224404	UNIDADE	1	51.000	51.000	0,62
33	FRUTA IN NATURA, TIPO MARACUJÁ	224416	KG	1	670	670	7,17
34	FRUTA TIPO TANGERINA	227826	UNIDADE	1	140.625	140.625	0,68
35	FRUTA TIPO TANGERINA – COTA RESERVADA PARA ME/EPP	227826	UNIDADE	1	46.875	46.875	0,68
36	GENGIBRE, TIPO COMUM, IN NATURA	226265	KG	1	73	73	9,18
37	HORTELÃ FRESCA	226242	KG	1	73	73	9,00
38	INHAME, TIPO COMUM	226266	KG	1	61.000	61.000	5,08
39	LEGUME IN NATURA BETERRABA	226261	KG	1	8.000	8.000	3,31
40	LEGUME IN NATURA CHUCHU	275195	UNIDADE	1	63.500	63.500	0,97



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005 - tel/fax (82) 3482-1802 / 1822, email:
coplan.ufalarapiraca@gmail.com

41	LEGUME IN NATURA, MAXIXE, COMUM	226270	UNIDADE	1	28.000	28.000	0,42
42	LEGUME IN NATURA, PEPINO, COMUM	228448	KG	1	12.650	12.650	3,46
43	LEGUME IN NATURA, PIMENTÃO, VERDE	246118	UNIDADE	1	16.000	16.000	1,05
44	LEGUME IN NATURA, QUIABO, LISO	226274	UNIDADE	1	28.800	28.800	0,52
45	LEGUME IN NATURA, TIPO BATATA INGLESA	274854	KG	1	103.400	103.400	3,31
46	MANJERICÃO FRESCO	97225	KG	1	115	115	10,04
47	MILHO VERDE, ESPIGA IN NATURA	246125	UNIDADE	1	8.000	8.000	1,19
48	OVO GALINHA EXTRA BRANCO	446617	UNIDADE	1	228.600	228.600	0,60
49	OVO GALINHA EXTRA BRANCO – COTA RESERVADA PARA ME/EPP	446617	UNIDADE	1	76.200	76.200	0,60
50	PIMENTA DE CHEIRO, IN NATURA	398582	KG	1	1.292	1.292	9,17
51	PIMENTÃO, ESPÉCIE AMARELO, IN NATURA	228764	UNIDADE	1	1.310	1.310	4,00
52	PIMENTÃO, ESPÉCIE VERMELHO, IN NATURA	228763	UNIDADE	1	1.310	1.310	4,00
53	RÚCULA IN NATURA, ESPÉCIE COMUM	226252	KG	1	4.820	4.820	9,17
54	TOMATE ESPÉCIE SALADA	228757	KG	1	41.250	41.250	4,67
55	TOMATE ESPÉCIE SALADA – COTA RESERVADA PARA ME/EPP	228757	KG	1	13.750	13.750	4,67



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA

Avenida Manoel Severino Barbosa, s/n, Bom Sucesso, Arapiraca/AL, CEP 57309-005 - tel/fax (82) 3482-1802 / 1822, email:
coplan.ufalarapiraca@gmail.com

56	UVA SEM CAROÇO	330072	KG	1	1.600	1.600	7,83
57	VAGEM, ESPÉCIE MANTEIGA	228766	KG	1	8.300	8.300	6,15
58	VERDURA IN NATURA REPOLHO ROXO	321086	KG	1	3.880	3.880	4,33
59	VERDURA IN NATURA REPOLHO VERDE	231825	KG	1	31.400	31.400	5,20
60	VERDURA IN NATURA, SALSA, COMUM	226253	KG	1	170	170	7,67
61	BRÓCOLIS, IN NATURA, 1ª QUALIDADE	226228	KG	1	1.050	1.050	8,74
62	VERDURA IN NATURA, TIPO CEBOLINHA	226230	KG	1	285	285	7,02
63	COUVE MANTEIGA, IN NATURA	256113	KG	1	7.750	7.750	4,89

- 1.2. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.
- 1.3. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.
- 1.4. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º do Decreto n. 8.538, de 2015.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. O material requisitado tem como objetivo a aquisição futura e programada de gêneros alimentícios do tipo hortifruti **para atendimento às demandas dos Restaurantes Universitários dos Campi da Universidade Federal de Alagoas, nas cidades de Maceió/AL, Arapiraca/AL, Viçosa/AL e Delmiro Gouveia/AL**, os quais desenvolvem/desenvolverão atividades de produção e fornecimento de refeições à comunidade acadêmica da UFAL.
- 2.2. As especificações técnicas e quantitativos dos materiais a serem adquiridos estão de acordo com o previsto no artigo 15, § 7º, da Lei 8.666/93, demonstrados explicitamente neste Termo de Referência.
- 2.3. Em atenção ao artigo 3º, do Decreto 7.892/2013, informamos que o quantitativo do material requisitado leva em consideração o atendimento das necessidades da Administração, dentro do período de 12 (doze) meses – período máximo da vigência da Ata de Registro de Preços – inclusive o atendimento de situações imprevisíveis, tendo em vista que a Ata de Registro de Preços não permite qualquer aditivo. A estimativa dos materiais a serem adquiridos e sua provável utilização foi baseada, para os restaurantes em funcionamento, no histórico de consumo; sendo, para os que ainda

iniciarão suas atividades, feita estimativa de consumo pela profissional nutricionista responsável, considerando a quantidade de refeições a ser ofertada inicialmente.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados recebimento da Nota de Empenho, em **remessa parcelada**, a depender da necessidade do solicitante, em um dos endereços abaixo, que deverá constar no campo ‘observações’ da Nota de Empenho:

UFAL/Maceió

Restaurante Universitário do Campus A.C. Simões, no endereço Av. Lourival de Melo Mota, S/N, Tabuleiro do Martins – Maceió-AL, CEP 57072-970, telefone (82) 99614-4888, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 17:00 ou sábados das 07:00 às 14:00.

Restaurante Universitário do Campus Delza Gitaí, no endereço BR-104 – Lot. Vila Rica, Rio Largo-AL, 57100-000, telefone (82)99614-4888, de segunda a sexta-feira no horário das 07:00 às 15:00.

UFAL/Campus Arapiraca

Restaurante Universitário do Campus Arapiraca (sede), no endereço Av. Manoel Severino Barbosa, Bom Sucesso, Arapiraca-AL, CEP 57309-005, telefone (82) 3482-1812, de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 17:00.

Restaurante Universitário da Unidade Educacional de Viçosa, no endereço Fazenda São Luiz, S/N, Viçosa-AL, CEP 57700-970, telefone (82) 3214-1904/1905, de segunda a sexta-feira no horário das 8:00 às 15:00.

UFAL/Campus do Sertão

Restaurante Universitário do Campus do Sertão (sede), no endereço Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849, Cidade Universitária, Delmiro Gouveia-AL de segunda a sexta-feira no horário das 08:00 às 17:00.

- 4.1.1. 25% entre o 1º e 3º mês de contrato;
- 4.1.2. 25% entre o 4º e 6º mês de contrato;
- 4.1.3. 25% entre o 7º e 9º mês de contrato;
- 4.1.4. 25% entre o 10º e 12º mês de contrato.

4.2. As porcentagens de entrega e o quantitativo informados referem-se a todos os itens contidos neste instrumento e tratam-se de estimativas, tendo em vista a particularidade do Sistema de Registro de Preços de aquisição futura e eventual e a flexibilidade da aquisição demonstrada no Decreto nº 7.892/2013, art. 3º, incisos I e IV, podendo sofrer alterações, de acordo com a demanda advinda do órgão licitante.

4.3. As mercadorias deverão ser conferidas na presença de um representante da empresa contratada, mediante formulário próprio de controle da entrega.

4.3.1. O entregador deve estar devidamente identificado, com uniforme adequado (calça, camisa de manga, sapato fechado) e limpo, com proteção para o cabelo e mãos, quando necessário. Não é permitido que o mesmo tenha atitudes anti-higiênica.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 01 (um) dia, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. O veículo de entrega deve ser limpo e adequado para cada tipo de alimento:

Transporte Aberto com Proteção

4.6. **Embalagem:** Os materiais deverão ser acondicionados em embalagens limpas, íntegras e seguir as particularidades de cada alimento: sacos ou caixas lacrados ou monoblocos, recipientes, estrados, entre outros devidamente limpos e de material adequado (polietileno, polipropileno, etc). Os alimentos não devem estar em contato com papel não adequado (recicláveis, jornais, revistas e similares). Não é permitida a presença de substâncias estranhas que possam contaminar ou corromper os gêneros alimentícios.

4.7. O **prazo de validade** dos materiais, na data da entrega, não poderá ser inferior à metade do prazo total recomendado pelo fabricante, contados da data do recebimento definitivo do material.

4.8. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *procedência e prazo de validade*;
- 6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

- 9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 10.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. não mantiver a proposta.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência por:
- 10.2.1.1. cometer a infração descrita no item 14.4.1. do edital convocatório;
- 10.2.1.2. atraso de até 5 (cinco) dias no fornecimento do(s) item(ns), ou na sua substituição quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo previsto para entrega do objeto;

10.2.2. Multa:

- 10.2.2.1. multa moratória diária de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) a partir do sexto dia de atraso, sobre o valor total do(s) item(ns) contratado(s), até o limite de 180 (cento e oitenta) dias;
- 10.2.2.2. multa compensatória de 10% (dez por cento) em caso de inexecução parcial, a partir do 181º dia de atraso, ou na sua substituição, total ou parcial, quando o fornecimento ocorrer fora das especificações e/ou condições predeterminadas ou por defeito superveniente imputável ao contratado, ensejando, se couber, a anulação do empenho, a rescisão do contrato e o cancelamento da ata de registro de preços;
- 10.2.2.3. multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.2.4. as multas serão recolhidas no prazo de 5 dias úteis após a notificação, por meio de GRU. Não surtindo resultado, poderá ser convertida em impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios pelo prazo de até 5 (cinco) anos, conforme preceitua o art. 7º da Lei nº 10.520/2002, a ser apurado e decidido em processo administrativo;
- 10.2.3. Suspensão de licitar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 2 (dois) anos, no caso de inexecução parcial do contrato, a ser apurado e decidido em processo administrativo;
- 10.2.3.1. Poderá ser aplicada suspensão temporária do direito de participar em licitação ou impedimento de contratar com a entidade licitante e descredenciamento no SICAF, por prazo não superior a 2 (dois) anos, diante de caso de reiteração de mesmo comportamento já punido ou omissão de providências para reparação de erros.
- 10.2.4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF, sem prejuízo da multa e das cominações legais, nos casos de:
 - 10.2.4.1. ensejar retardamento da execução de seu objeto: entre 2 (dois) anos e 2 (dois) anos e 6 (seis) meses;
 - 10.2.4.2. não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato: entre 2 (dois) anos e 6 (seis) meses e 4 (quatro) anos;

- 10.2.4.3. não executar os serviços ou entrega de material objeto da licitação: 5 (cinco) anos;
- 10.2.4.4. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal: até 5 (cinco) anos;
 - 10.2.4.4.1. O licitante ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil (indenização por danos morais) e criminal (detenção de 6 meses a 2 anos e multa art. 138 do Código Penal), à sanção de impedimento de licitar, pelo prazo de até 05 anos, se ocasionar eventos que denigram ou caluniam equipe técnica e pregoeiro, bem como pessoas que as integram, inclusive em razão de denúncias sob a acusação de direcionamento de certame, sem a apresentação de provas pertinentes, ou a apresentação de provas in
 - 10.2.4.4.2. fundadas, na sessão do certame (via chat, email, telefone ou outros meios) e/ou em processo administrativo instaurado.
- 10.2.4.5. Casos fortuitos, omissos ou de força maior serão avaliados e decididos pela Comissão de Penalidades de acordo com o grau da infração cometida.
- 10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.2.6. Para fins de dosagem da sanção, serão avaliados a gravidade da infração e os antecedentes do fornecedor no âmbito da Administração Pública Federal.
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas e os profissionais que:
 - 10.3.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 10.3.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 10.3.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

- 10.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 10.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Arapiraca-AL, 16 de outubro de 2018

RODOLFO DE OLIVEIRA FERREIRA
Coordenador de Planejamento e Avaliação
Campus Arapiraca/UFAL